

A REFORMA TRABALHISTA E A TARIFICAÇÃO LEGAL DO DANO MORAL NO DIREITO BRASILEIRO

THE LABOR REFORM AND THE LEGAL DETERMINATION OF MORAL DAMAGE IN BRAZILIAN LAW

*Daniel de Pádua Andrade**

Resumo: O estudo problematiza uma das alterações legislativas promovidas pela Reforma Trabalhista de 2017, qual seja a inclusão do art. 223-G, § 1º, na Consolidação das Leis do Trabalho. Em linhas gerais, esse dispositivo estabeleceu limites para o arbitramento da reparação dos danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho, utilizando como parâmetros a gravidade da ofensa e o salário recebido pela vítima. A análise da evolução histórica da quantificação do dano moral no direito brasileiro, no entanto, evidencia que o modelo de tarifação legal é incompatível com a proteção dos direitos da personalidade prevista no ordenamento constitucional vigente. Desde o advento da Constituição de 1988, a jurisprudência nacional tem consolidado o entendimento de que o montante da responsabilidade civil por danos morais deve ser fixado à luz do princípio da reparação integral. Além disso, a regra do art. 223-G, § 1º, atenta contra o direito fundamental à igualdade na medida em que utiliza a remuneração auferida pelo lesado como critério para a quantificação dos danos extrapatrimoniais. Conclui-se, portanto, em consonância com a maioria doutrina nacional, pela inconstitucionalidade do referido preceito.

Palavras-chave: Direito do Trabalho; Responsabilidade Civil; Dano Moral; Quantificação.

Abstract: The study problematizes one of the legislative changes promoted by the Labor Reform of 2017, which is the inclusion of art. 223-G, § 1º, in the Consolidation of Labor Laws. In general, this provision set limits for the arbitration of reparation for the non-patrimonial damages resulting from labor relations, using as parameters the severity of the offense and the salary received by the victim. The analysis of the historical evolution of the quantification of moral damages in Brazilian law, however, shows that the legal determination model is incompatible with the protection of the rights of the personality provided in the current constitutional order. Since the 1988 Constitution, national case law has consolidated the view that the amount of civil liability for moral damage must be fixed in the light of the principle of full reparation. In addition, the rule of art. 223-G, § 1º, violates the fundamental right to equality insofar as it uses the remuneration earned by the victim as a criterion for the quantification of non-patrimonial damages. Therefore, it is concluded, in accordance with the majority national doctrine, for the unconstitutionality of said precept.

Keywords: Labor Law; Civil Liability; Moral Damage; Quantification.

INTRODUÇÃO

A Reforma Trabalhista operacionalizada no Brasil por meio da Lei 13.467/2017 gerou grande comoção social e despertou sentimentos antagônicos¹. Alguns entendem que a alteração legislativa modernizou a economia nacional, enquanto outros denunciam a precarização dos direitos dos trabalhadores. Nesse contexto de tensão política, destaca-se a inovação trazida por meio da inclusão, na Consolidação das Leis do Trabalho, de um Título exclusivamente dedicado à regulação do dano extrapatrimonial decorrente das relações de trabalho. Em vários pontos, esse conjunto de normas especiais conflita com o regime geral consolidado no Brasil para a tutela dos danos morais, estes entendidos em sentido amplo como violações aos direitos da personalidade². Para os fins ora propostos, importa sobretudo o recém-introduzido § 1º do art. 223-G, que acarretou diversas críticas ao limitar o arbitramento da reparação dos danos extrapatrimoniais trabalhistas de acordo com a gravidade da ofensa e o salário da vítima.

Esse cenário oferece uma boa oportunidade para a revisitação do problema da tarifação legal do dano moral no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo a análise de constitucionalidade do recente § 1º do art. 223-G, a partir do resgate da evolução nacional relativa à quantificação do dano extrapatrimonial. Propõe-se, portanto, uma investigação de vertente teórico-dogmática e de cunho interdisciplinar entre o Direito Civil e o Direito do Trabalho, que perpassa pelas peculiaridades do dano moral nas relações de trabalho, pelas inovações trazidas pela Reforma Trabalhista, pelo histórico da quantificação do dano moral no Brasil e, finalmente, pela apuração da inconstitucionalidade do mencionado dispositivo.

1 O DANO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O dano moral, que se manifesta nos mais diversos âmbitos sociais, apresenta especial relevância nas relações de trabalho. As características inerentes aos contratos de trabalho, como o desequilíbrio entre as partes, a longa duração do vínculo e o significativo investimento de confiança, tornam o âmbito trabalhista particularmente propício para a ocorrência de lesões aos

^{1*} Doutorando em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço eletrônico: danieldepadaandrade@gmail.com.

Cf. BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

² Cf. GOMES, Jordhana Maria de Vasconcellos Valadão Cardoso Costa. **Em busca do conceito de dano moral**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9HLLCE/jordhana_disserta__o_final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jan. 2019.

direitos da personalidade³. Nesse sentido, o reconhecimento das peculiaridades da dinâmica laboral pelo ordenamento jurídico brasileiro motivou o desenvolvimento de um regramento específico para o dano moral decorrente das relações de trabalho. Construiu-se, dessa forma, um sistema marcado pela coexistência de normas gerais e normas especiais, cuja operacionalização demanda um constante “diálogo das fontes”⁴. Faz-se necessário, portanto, atentar para as especificidades apresentadas pela regulação do dano moral no campo trabalhista.

No contexto de uma relação de trabalho, verifica-se que na maioria das vezes quem sofre a ofensa moral é empregado. Excepcionalmente, no entanto, o empregador também pode ser lesado em seus bens extrapatrimoniais. Veja-se, por exemplo, o caso de uma fábrica que tem sua imagem prejudicada em virtude da divulgação de informações difamatórias praticada por um de seus operários. Ressalte-se, ademais, que em algumas situações as consequências danosas extrapolam o trabalhador isoladamente considerado e atingem uma esfera social maior, acarretando o chamado dano moral coletivo. Na prática judicial trabalhista, entretanto, prevalecem as ações visando à reparação do dano moral individual, que por sua vez possui inúmeras formas de manifestação concreta⁵.

Segundo Mauricio Godinho Delgado, as diversas hipóteses de dano moral trabalhista podem ser agrupadas em duas categorias⁶. Em primeiro lugar, existem as lesões acidentárias, ou seja, os danos decorrentes de acidentes de trabalho, que geralmente vulneram os direitos à

³ Daniel Itokazu Gonçalves sustenta que “[n]ão é exagero afirmar ser o Direito do Trabalho o ramo jurídico em que mais se propaga o dano moral, em razão da própria condição de subordinação do trabalhador, o que faz aumentar as possibilidades de ser moralmente atingido por alguma inclinação potestativa do empregador”. GONÇALVES, Daniel Itokazu. Aspectos relevantes do dano moral trabalhista. **Síntese Trabalhista**, n. 168, p. 145-154, jun. 2003, p. 148.

⁴ Cf. MARQUES, Cláudia Lima. **Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

⁵ Mauricio Godinho Delgado, a título ilustrativo, elenca trinta e duas situações de dano moral individual recorrentes na jurisprudência: pré-contratação trabalhista; dinâmica da seleção e da contratação trabalhistas; ofensas físicas; ofensas morais; assédio sexual; revistas íntimas; revistas em pertences obreiros, embora não íntimas; limitação de uso de banheiros no ambiente laborativo; divulgação de nomes e dados contratuais de empregados, especialmente salários; câmeras televisivas de segurança em banheiros; dinâmica de metas de desempenho e respectivas cobranças; uso de técnicas motivacionais abusivas e desrespeitosas; assédio moral; controle de correspondências e telefonemas no ambiente laborativo; controle de correspondências eletrônicas (*e-mails*); controle de uso de equipamentos eletrônicos e de informática, inclusive acesso à internet; quebra de sigilo bancário de empregado de banco; danos derivados de acidentes de trabalho, doença ocupacional e doença profissional; condições degradantes no ambiente de trabalho; atrasos reiterados de salários; exercício de função perigosa, não integrante do contrato; afronta à inviolabilidade física e à segurança ou estresse acentuado, em face de violência decorrente do exercício de função perigosa; conduta de discriminação no ambiente laborativo; desrespeito a direitos intelectuais, especialmente relativos à autoria; violação à imagem; acusação não comprovada de ato ilícito; anotação desabonadora em Carteira de Trabalho; dispensa discriminatória; supressão injustificável de plano de saúde; elaboração e/ou divulgação de “lista suja” de trabalhadores; dano existencial; síndrome de *burn-out* ou Síndrome de Esgotamento Profissional. DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 759-776.

⁶ DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 732.

integridade física e à integridade psíquica, gerando repercussões tanto patrimoniais quanto extrapatrimoniais. Trata-se de espécie danosa expressamente tutelada pelo art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição de 1988, que estabelece, como direito fundamental dos trabalhadores, o “seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa”. Em segundo lugar, por exclusão, figuram as demais situações de lesão moral decorrentes das relações de trabalho.

É importante notar que a ocorrência do dano moral não se limita à constância propriamente dita do contrato de trabalho. Como explicam Rodrigo Cambará Arantes Garcia de Paiva e Xerxes Gusmão, “o dano moral pode ser configurado em quaisquer das fases contratuais, ou seja, nas fases pré-contratual, contratual, rescisória e pós-contratual”⁷. A título ilustrativo, consubstanciam lesões aos direitos da personalidade do trabalhador as práticas de processos admissionais discriminatórios (fase pré-contratual), de assédio sexual (fase contratual), de imputação fraudulenta de justa causa para demissão (fase rescisória) e de manutenção de “lista suja” de ex-empregados (fase pós-contratual).

De acordo com a regra geral, a responsabilização empresarial por danos morais pressupõe a comprovação dos três requisitos clássicos da responsabilidade civil: dano, culpa e nexa causal. Atualmente, entretanto, observa-se a tendência de favorecimento do empregado por meio da facilitação do preenchimento desses pressupostos clássicos, seja pelo estabelecimento de presunções⁸, pela distribuição dinâmica do ônus da prova⁹ ou até mesmo pela dispensa da demonstração de culpa nos termos da teoria do risco¹⁰. No caso das lesões acidentárias, contudo, é controversa a possibilidade de responsabilização objetiva, tendo em vista a expressão “quando incorrer em dolo ou culpa” constante da parte final do art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição de 1988. Essa discussão, inclusive, teve a repercussão geral reconhecida nos autos do Recurso Extraordinário 828.040/DF, que aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal¹¹.

Durante muito tempo discutiu-se sobre a competência para julgamento e o regime prescricional aplicável às hipóteses de dano moral decorrente das relações de trabalho. De um

⁷ PAIVA, Rodrigo Cambará Arantes Garcia de; GUSMÃO, Xerxes. **A reparação do dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2008, p. 87.

⁸ BELMONTE, Alexandre Agra. **Instituições civis no direito do trabalho**: parte geral, obrigações, responsabilidade civil (incluindo dano moral) e contratos. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 272.

⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 813-816.

¹⁰ DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 740-741.

¹¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 828.040/DF**. Reclamante: Protege S/A – Proteção e transporte de valores. Reclamados: Marcos da Costa Santos e Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Redator para o acórdão: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 10 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13328451>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

lado, parte dos juristas defendia a competência da Justiça Comum e a aplicação das regras gerais da prescrição previstas nos Códigos Civis de 1916¹² e de 2002¹³. Do outro lado, havia quem defendesse a competência da Justiça do Trabalho e a aplicação do regramento especial da prescrição trabalhista constante do art. 7º, inciso XXIX, da Constituição de 1988¹⁴. Debatia-se, ainda, se a natureza acidentária da lesão e a legitimidade ativa dos sucessores do trabalhador eram fatores que influenciavam a questão. A controvérsia sobre esses temas correlatos, no entanto, foi afastada pela Emenda Constitucional 45/2004 que, por meio da inclusão do inciso V no art. 114, estabeleceu expressamente que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar “as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho”. Ao menos no que diz respeito às situações de dano moral trabalhista mais recentes, portanto, não restam dúvidas sobre a competência da Justiça especializada e a consequente incidência de um sistema prescricional especial. Essa orientação, aliás, foi adotada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Conflito de Competência 7.545-7/SC¹⁵.

2 AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA REFORMA TRABALHISTA

O regramento brasileiro do dano moral decorrente das relações de trabalho foi significativamente alterado pelo advento da Reforma Trabalhista. Dentre outras alterações legislativas, a Lei 13.467/2017 incluiu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o Título II-A, composto por sete artigos (arts. 223-A a 223-G) e intitulado “do dano extrapatrimonial”. Antes mesmo de entrar em vigor, essa seção inédita deu origem a diversas críticas e dúvidas

¹² O art. 177 do Código Civil de 1916, com a redação dada pela Lei 2.437/1955, dispunha que “[a]s ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em vinte anos, as reais em dez, entre presentes e entre ausentes, em quinze, contados da data em que poderiam ter sido propostas”. BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

¹³ O art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil de 2002, dispõe que prescreve em três anos “a pretensão de reparação civil”. BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

¹⁴ O art. 7º, inciso XXIX, da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional 28/2000, elenca como direito fundamental dos trabalhadores a “ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho”. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

¹⁵ Consta da ementa da decisão: “A competência para julgar ações de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho, após a edição da EC 45/04, é da Justiça do Trabalho. [...] O ajuizamento da ação de indenização pelos sucessores não altera a competência da Justiça especializada. A transferência do direito patrimonial em decorrência do óbito do empregado é irrelevante”. BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Conflito de Competência 7.545-7/SC**. Suscitante: Tribunal Superior do Trabalho. Suscitado: Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 3 de junho de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=600710>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

interpretativas. Além disso, com apenas três dias de vigência, esse conjunto de dispositivos sofreu modificações pontuais introduzidas pela Medida Provisória 808/2017¹⁶. Essa última norma editada pelo Presidente, no entanto, não foi confirmada pelo Congresso Nacional e deixou de valer em 23 de abril de 2018. Vejamos, portanto, os contornos do regime legal atualmente aplicável às situações de dano moral trabalhista.

De início, o art. 223-A preconiza que “[a]plicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título”. A interpretação literal desse dispositivo revela uma questionável pretensão de completude que afastaria, em tese, a incidência de qualquer outra norma do ordenamento jurídico brasileiro na regulação do dano moral trabalhista. Em substituição a essa linha de raciocínio absurda, a doutrina tem proposto uma interpretação sistêmica, que não nega a regência subsidiária do direito comum nem ignora a superioridade dos direitos fundamentais garantidos pelo bloco constitucional¹⁷⁻¹⁸. Ainda em relação ao art. 223-A, é importante notar que o legislador utilizou a expressão dano extrapatrimonial, reputada mais abrangente por parte da doutrina, ao invés da expressão dano moral, que predomina no direito positivo¹⁹.

Em seguida, o art. 223-B estabelece que “[c]ausa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação”. Trata-se de dispositivo que acarreta uma série de observações. Em primeiro lugar, a redação empregada deixa dúvidas a respeito da

¹⁶ Cf. BRASIL. **Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv808.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

¹⁷ DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017, p. 145.

¹⁸ O enunciado 18, aprovado na 2ª Jornada da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, possui o seguinte conteúdo: “Aplicação exclusiva dos novos dispositivos do Título II-A da CLT à reparação extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho: inconstitucionalidade. A esfera moral das pessoas humanas é conteúdo do valor dignidade humana (art. 1º, III, da CF) e, como tal, não pode sofrer restrição à reparação ampla e integral quando violada, sendo dever do estado a respectiva tutela na ocorrência de ilicitudes causadoras de danos extrapatrimoniais nas relações laborais. Devem ser aplicadas todas as normas existentes no ordenamento jurídico que possam imprimir, no caso concreto, a máxima efetividade constitucional ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 5º, V e X, da CF). A interpretação literal do art. 223-A resultaria em tratamento discriminatório injusto às pessoas inseridas na relação laboral, com inconstitucionalidade por ofensa aos arts. 1º, III; 3º, IV; 5º, *caput* e incisos V e X e 7º, *caput*, todos da CF”. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho**. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/27175/livreto_RT_Jornada_19_Conamat_site.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

¹⁹ OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei n. 13.467/2017, modificada pela Medida Provisória n. 808, de 14.11.2017. In: HORTA, Denise Alves et. al. (Coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista**. São Paulo: LTr, 2018, p. 147-148.

necessidade²⁰ ou da desnecessidade²¹ de comprovação da culpa para a configuração da responsabilização do dano extrapatrimonial. Em segundo lugar, o texto admite explicitamente o instituto do dano existencial trabalhista, que já gozava de grande reconhecimento doutrinário e jurisprudencial no direito brasileiro²². Em terceiro lugar, embora não haja menção expressa ao dano estético, que o Superior Tribunal de Justiça considera paralelo ao dano moral²³, há quem defenda a sua inclusão implícita na categoria do dano extrapatrimonial²⁴. Em quarto lugar, o art. 223-B reforça a possibilidade de ofensa moral à pessoa jurídica, até então embasada no art. 52 do Código Civil de 2002²⁵ e na súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça²⁶, não obstante a existência de questionamentos pontuais²⁷. Em quinto lugar, por fim, a referência feita à titularidade exclusiva do direito a reparação poderia comprometer o reconhecimento trabalhista do dano moral coletivo e do dano moral por ricochete, muito embora essa não seja a interpretação prevalecente²⁸.

Os arts. 223-C e 223-D, por sua vez, listam uma série de direitos garantidos, respectivamente, para as pessoas naturais e para as pessoas jurídicas. O primeiro deles dispõe

²⁰ SANTOS, Raissa; LEITE, Rafaela Fernandes. CLT, artigo 223-B. In: ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). **Reforma Trabalhista**: comentários à Lei 13.467/2007. Belo Horizonte: Conhecimento Jurídica, 2018, p. 80.

²¹ SOUZA JÚNIOR, Antonio Umberto de et. al. **Reforma trabalhista**: análise comparativa e crítica da Lei nº 13.467/2017 e da Med. Prov. nº 808/2017. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018, p. 127.

²² OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei n. 13.467/2017, modificada pela Medida Provisória n. 808, de 14.11.2017. In: HORTA, Denise Alves et. al. (Coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista. São Paulo: LTr, 2018, p. 152-154.

²³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 387**. É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27387%27>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

²⁴ SANTOS, Raissa; LEITE, Rafaela Fernandes. CLT, artigo 223-B. In: ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). **Reforma Trabalhista**: comentários à Lei 13.467/2007. Belo Horizonte: Conhecimento Jurídica, 2018, p. 80.

²⁵ “Art. 52. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade”. BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

²⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 227**. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27227%27>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

²⁷ O enunciado 286, aprovado na IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, estabelece que “[o]s direitos da personalidade são direitos inerentes e essenciais à pessoa humana, decorrentes de sua dignidade, não sendo as pessoas jurídicas titulares de tais direitos”. CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **IV Jornada de Direito Civil**. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/IV%20JORNADA%20DE%20DIREITO%20CIVIL%202013%20ENUNCIADOS%20APROVADOS.pdf/vi ew>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

²⁸ O enunciado 20, aprovado na 2ª Jornada da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, possui o seguinte conteúdo: “Danos extrapatrimoniais. O art. 223-B da CLT, inserido pela Lei nº 13.467, não exclui a reparação de danos sofridos por terceiros (danos em ricochete), bem como a de danos extrapatrimoniais ou morais coletivos, aplicando-se, quanto a estes, as disposições previstas na Lei nº 7.437/1985 e no Título III do Código de Defesa do Consumidor”. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho**. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/27175/livreto_RT_Jornada_19_Conamat_site.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

que “[a] honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física”. Já o segundo prevê que “[a] imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial e o sigilo da correspondência são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica”. A técnica legislativa utilizada, sobretudo no primeiro caso, abre margem para questionamentos sobre a natureza taxativa ou exemplificativa dos direitos mencionados. Assim, para evitar a desconsideração de outros bens jurídicos importantes, os juristas brasileiros têm defendido o caráter não exaustivo do art. 223-C²⁹.

Já o art. 223-E dispõe que “[s]ão responsáveis pelo dano extrapatrimonial todos os que tenham colaborado para a ofensa ao bem jurídico tutelado, na proporção da ação ou da omissão”. A doutrina trabalhista teme que a parte final desse dispositivo seja utilizada para dificultar a responsabilização do empregador nas situações em que terceiros concorram para a ocorrência do dano extrapatrimonial sofrido pelo empregado. Nesse sentido, por exemplo, observa-se uma aparente contradição em relação aos arts. 932, inciso II, e 942, parágrafo único, do Código Civil de 2002, que estabelecem que o empregador responde solidariamente pelos prejuízos que seus prepostos causarem em razão do trabalho que lhes competir³⁰.

O art. 223-F, *caput*, a seu turno, preconiza que “[a] reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo”. Trata-se de confirmação infraconstitucional da possibilidade de cumulação da reparação por danos morais e materiais derivados do mesmo fato, que já constava do art. 5º, inciso V, da Constituição de 1988, bem como do entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça³¹. No que tange à atuação judicial, o § 1º do art. 223-F dispõe que “[s]e houver cumulação de pedidos, o juízo, ao proferir a decisão, discriminará os valores das indenizações a título de danos patrimoniais e das reparações por danos de natureza extrapatrimonial”. A título complementar, o § 2º esclarece que “[a] composição das perdas e

²⁹ O enunciado 19, aprovado na 2ª Jornada da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, possui o seguinte conteúdo: “É de natureza exemplificativa a enumeração dos direitos personalíssimos dos trabalhadores constante do novo artigo 223-C da CLT, considerando a plenitude da tutela jurídica à dignidade da pessoa humana, como assegurada pela Constituição Federal (artigos 1º, III; 3º, IV, 5º *caput* e § 2º)”. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho**. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/27175/livreto_RT_Jornada_19_Conamat_site.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

³⁰ SOARES, Yollanda Farnazes; LEITE, Rafaela Fernandes. CLT, artigo 223-F. In: ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). **Reforma Trabalhista: comentários à Lei 13.467/2007**. Belo Horizonte: Conhecimento Jurídica, 2018, p. 84-85.

³¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 37**. São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%2737%27>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, não interfere na avaliação dos danos extrapatrimoniais”.

Para o presente estudo, no entanto, importa sobretudo o art. 223-G, que se propõe a controlar a quantificação do dano extrapatrimonial trabalhista, elencando critérios a serem considerados e tetos a serem observados, nos seguintes termos:

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

- I - a natureza do bem jurídico tutelado;
- II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;
- III - a possibilidade de superação física ou psicológica;
- IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;
- V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;
- VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;
- VII - o grau de dolo ou culpa;
- VIII - a ocorrência de retratação espontânea;
- IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa;
- X - o perdão, tácito ou expresso;
- XI - a situação social e econômica das partes envolvidas;
- XII - o grau de publicidade da ofensa.

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

- I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;
- II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;
- III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;
- IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

§ 2º Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1º deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor.

§ 3º Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização.

O art. 223-G consubstancia a inovação mais polêmica do recém-introduzido Título II-A da CLT. A tentativa de engessar a apuração judicial da reparação dos danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de trabalho tem gerado diversas críticas doutrinárias, dirigidas especialmente para o § 1º do referido dispositivo, que estabeleceu limites numéricos para a reparação do dano extrapatrimonial sofrido pelo trabalhador de acordo com a gravidade da ofensa e o salário da vítima. A análise dessa controversa alteração trazida pela Reforma Trabalhista demanda uma breve digressão a respeito do histórico da quantificação do dano moral no direito brasileiro.

3 A QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL NO DIREITO BRASILEIRO

O problema da fixação do montante devido a título de reparação pelos danos morais desafia há muito tempo os juristas brasileiros³². Atualmente, pode-se afirmar com segurança que a apuração do valor indenizatório é o ponto mais nebuloso da teoria da responsabilidade civil por dano moral. Como explica Héctor Valverde Santana, “a velha discussão travada entre os *negativistas*, *ecléticos* e *positivistas* foi substituída pelos estudos e debates relativos à quantificação do dano moral”³³. Trata-se de assunto já bastante explorado pela doutrina e pela jurisprudência, mas que está longe apresentar contornos definitivos.

No Brasil, prevalece tradicionalmente a tese de que os danos morais, por não possuírem equivalente econômico imediato, devem ser traduzidos em pecúnia por meio do prudente arbítrio do juiz³⁴. Essa orientação remonta ao art. 1.553 do Código Civil de 1916, que se encontrava no capítulo referente à liquidação das obrigações resultantes de atos ilícitos e dispunha que “[n]os casos não previstos neste capítulo, se fixará por arbitramento a indenização”. Historicamente, no entanto, a regra do arbitramento judicial motivado conviveu com algumas previsões legais que limitavam a indenização por dano moral em determinadas situações específicas. Em outras palavras, ao longo do tempo, o sistema de quantificação judicial aberta foi pontual e excepcionalmente afastado por modelos fechados de apuração.

A tarifação legal atingiu diversas situações de lesão aos direitos da personalidade. No próprio Código Civil de 1916, o art. 1.547 restringia a indenização por injúria ou calúnia³⁵, enquanto o art. 1550 fazia o mesmo em relação às ofensas à liberdade pessoal³⁶. Já o art. 84 do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962 estabelecia parâmetros fixos para a

³² Em 1925, em artigo versando especificamente sobre a indenização do dano moral, João Arruda já escrevia que “[n]inguém discute, em presença do Código Civil, se é admissível, ou não é, a indenização dessa espécie de danos. Há, no Código, textos expressos autorizando-a. O que se dissente e nisto é que reside a dificuldade do problema, é a maneira de calcular esses danos e, portanto, a de lhe fixar o quantum”. ARRUDA, João. **O dano moral: sua indenização**. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 55, ano 14, n. 297, p. 3-14, jul./ago. 1925, p. 9.

³³ SANTANA, Héctor Valverde. A fixação do valor da indenização por dano moral. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 44, n. 175, p. 21-40, jul./set. 2007, p. 21. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/139968>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

³⁴ Nas palavras de Humberto Theodoro Júnior: “Está, portanto, solidamente estabelecido na doutrina que, não apenas o poder de decidir sobre a existência e configuração do dano moral e do nexos causal entre ele e a conduta do agente, mas, também e sobretudo, a sua *quantificação*, correspondem a temas que somente podem ser confiados às *mãos do julgador* e ao seu *prudente arbítrio*”. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano Moral**. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 48-49.

³⁵ “Art. 1.547. A indenização por injúria ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido. Parágrafo único. Se este não puder provar prejuízo material, pagar-lhe-á o ofensor o dobro da multa no grau máximo da pena criminal respectiva (art. 1.550)”. BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

³⁶ “Art. 1.550. A indenização por ofensa à liberdade pessoal consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido, e no de uma soma calculada nos termos do parágrafo único do art. 1.547”. BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

quantificação da reparação decorrente de calúnia, difamação ou injúria cometida via radiodifusão³⁷. Os arts. 51 e 52 da Lei de Imprensa de 1967, por sua vez, traziam limitações para a responsabilização por danos morais causados no exercício da liberdade de manifestação, pensamento e informação³⁸. O art. 257 do Código Brasileiro de Aeronáutica de 1986, por fim, estabeleceu um teto indenizatório para os casos de morte ou lesão de passageiro ou tripulante³⁹.

O advento da Constituição de 1988, no entanto, impulsionou um movimento de aversão ao tabelamento legislativo do dano moral. Essa guinada baseou-se, sobretudo, na inclusão da reparação integral das lesões extrapatrimoniais no rol dos direitos fundamentais (art. 5º, incisos V e X)⁴⁰ e no reconhecimento da dignidade da pessoa humana enquanto fundamento da República (art. 1º, III)⁴¹. Assim, consolidou-se o entendimento de que a tarifação legal da indenização por dano moral era incompatível com a orientação ético-personalista presente no

³⁷ “Art. 84. Na estimação do dano moral, o Juiz terá em conta, notadamente, a posição social ou política do ofendido, a situação econômica do ofensor, a intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e repercussão da ofensa. § 1º O montante da reparação terá o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. § 2º O valor da indenização será elevado ao dobro quando comprovada a reincidência do ofensor em ilícito contra a honra, seja por que meio fôr. § 3º A mesma agravação ocorrerá no caso de ser o ilícito contra a honra praticado no interesse de grupos econômicos ou visando a objetivos antinacionais”. BRASIL. **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

³⁸ “Art. 51. A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia: I - a 2 salários-mínimos da região, no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado (art. 16, ns. II e IV). II - a cinco salários-mínimos da região, nos casos de publicação ou transmissão que ofenda a dignidade ou decôro de alguém; III - a 10 salários-mínimos da região, nos casos de imputação de fato ofensivo à reputação de alguém; IV - a 20 salários-mínimos da região, nos casos de falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro, nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade (art. 49, § 1º). [...] Art. 52. A responsabilidade civil da empresa que explora o meio de informação ou divulgação é limitada a dez vezes as importâncias referidas no artigo anterior, se resulta de ato culposos de algumas das pessoas referidas no art. 50”. BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

³⁹ “Art. 257. A responsabilidade do transportador, em relação a cada passageiro e tripulante, limita-se, no caso de morte ou lesão, ao valor correspondente, na data do pagamento, a 3.500 (três mil e quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, e, no caso de atraso do transporte, a 150 (cento e cinqüenta) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN. § 1º Poderá ser fixado limite maior mediante pacto acessório entre o transportador e o passageiro. § 2º Na indenização que for fixada em forma de renda, o capital par a sua constituição não poderá exceder o maior valor previsto neste artigo”. BRASIL. **Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7565.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁴⁰ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...]”. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁴¹ “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana; [...]”. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

texto constitucional. Nas palavras de Maria Celina Bodin de Moraes, “[e]m decorrência da tutela geral estabelecida em nível constitucional, a reparação do dano moral não poderá ser limitada, mediante a imposição de tetos, por legislação infraconstitucional”⁴².

Na jurisprudência, o principal exemplo dessa linha de raciocínio foi a rejeição da limitação indenizatória prevista nos arts. 51 e 52 da Lei de Imprensa de 1967. Em 2004, depois de reiterados precedentes, o Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 281, cristalizando sua posição no sentido de que “[a] indenização por dano moral não está sujeita à tarifação prevista na Lei de Imprensa”⁴³. Já em 2009, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 130/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou que a inconstitucionalidade em bloco da Lei de Imprensa. Naquela ocasião, o Min. Ricardo Lewandowski asseverou que “não se mostra possível ao legislador ordinário graduar de antemão, de forma minudente, os limites materiais do direito de retorção, diante da miríade de expressões que podem apresentar, no dia-a-dia, os agravos veiculados pela mídia em seus variados aspectos”⁴⁴. Segundo Paulo de Tarso Sanseverino, a reprovação jurisprudencial da tarifação legal do dano moral revela a preocupação do Poder Judiciário brasileiro com a “função concretizadora do princípio da reparação integral”⁴⁵.

Nesse contexto, destacam-se os parâmetros que o Código Civil de 2002 elencou para a quantificação da responsabilidade civil aquiliana. Em consonância com o princípio da reparação integral, a nova codificação brasileira estabeleceu que a medida da indenização deve refletir a extensão do dano (art. 944, *caput*)⁴⁶. Admite-se, todavia, a redução equitativa no caso de excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano (art. 944, parágrafo único)⁴⁷,

⁴² MORAES, Maria Celina Bodin. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2017, p. 333.

⁴³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 281**. A indenização por dano moral não está sujeita à tarifação prevista na Lei de Imprensa. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27281%27>>. Acesso em 21 jan. 2018.

⁴⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 130/DF**. Arguente: Partido Democrático Trabalhista – PDT. Arguidos: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Min. Carlos Britto. Brasília, 30 de abril de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁴⁵ SANSEVERINO, Paulo de Tarso. **Princípio da reparação integral**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 208.

⁴⁶ “Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano. [...]”. BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁴⁷ “Art. 944. [...] Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização”. BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

bem como a fixação proporcional no caso de concorrência culposa da vítima (art. 945)⁴⁸. A partir desses dispositivos, os juristas brasileiros têm se esforçado para identificar balizas que concedam segurança ao procedimento judicial de arbitramento da reparação do dano moral.

Atualmente, não há pacificidade quanto aos critérios que determinam a quantificação do dano moral no ordenamento jurídico brasileiro. De modo geral, no entanto, observa-se que prevalecem na jurisprudência os seguintes parâmetros: “a extensão do dano, a culpabilidade do ofensor, a eventual culpa concorrente da vítima, a capacidade econômica do ofensor, as condições pessoais da vítima, o caráter pedagógico-punitivo das indenizações e a razoabilidade”⁴⁹. Como se vê, grande parte das balizas predominantes na prática forense não possui base legislativa literal e decorre de interpretações extensivas fundamentadas em argumentos teleológico-valorativos, cuja análise extrapola os objetivos do presente estudo. Para os fins ora propostos, ressalta-se tão somente que a ausência de consenso em relação à amplitude do dever de reparar decorrente das ofensas morais acarreta uma indesejada segurança jurídica.

Para evitar essa incerteza, sem cair na armadilha da tarifação legal, a única saída viável é o incremento qualitativo da fundamentação das decisões judiciais que arbitram indenizações por danos morais. De fato, como explica Maria Celina Bodin de Moraes, “[o] problema da racionalidade da decisão [...] tem um sentido especial nos casos em que as premissas utilizadas não são pacíficas ou são frequentemente contestadas, ou, ainda, quando necessitam elas próprias fundar-se num genérico bom senso”. Nesse ponto, tem recebido elogios a proposta do método bifásico, que foi formulada originalmente pelo Min. Paulo de Tarso Sanseverino e depois passou a ser amplamente admitida no Superior Tribunal de Justiça. Trata-se de metodologia que preconiza a quantificação do dano moral em duas etapas, uma dirigida à identificação de um valor inicial baseado em precedentes semelhantes e outra voltada ao ajuste desse montante às peculiaridades apresentadas pelo caso concreto⁵⁰. Percebe-se, portanto, que

⁴⁸ “Art. 945. Art. 945. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano”. BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁴⁹ COUTO, Igor Costa; SILVA, Isaura Salgado. A quantificação do dano moral segundo o Superior Tribunal de Justiça. **Civilistica.com**, ano 2, n. 1, p. 1-17, 2013, p. 5. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Couto-e-Silva-civilistica.com-a.2.n.1.2013.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁵⁰ O método bifásico foi recentemente reconhecido na ementa do Agravo Interno no Recurso Especial 1.719.756/SP: “A fixação do valor devido à título de indenização por danos morais, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, deve considerar o método bifásico, sendo este o que melhor atende às exigências de um arbitramento equitativo da indenização por danos extrapatrimoniais, uma vez que minimiza eventual arbitrariedade ao se adotar critérios unicamente subjetivos do julgador, além de afastar eventual tarifação do dano. Nesse sentido, em uma primeira etapa deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes.

o grande mérito do método bifásico está em seu potencial de estimular decisões judiciais mais coerentes e mais detalhadas no que diz respeito à fixação do valor devido à título de reparação por danos morais.

4 A inconstitucionalidade do art. 223, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho

A análise do histórico da quantificação do dano moral no direito brasileiro nos permite compreender a perplexidade que a Reforma Trabalhista causou ao introduzir o art. 223-G na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Inicialmente, é preciso considerar que a motivação subjacente a esse dispositivo foi o objetivo de garantir, especialmente do ponto de vista empresarial, maior previsibilidade para o arbitramento judicial da reparação dos danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho. Essa *mens legis*, inclusive, foi explicitada durante o trâmite legislativo do então Projeto de Lei 6.787/2016, como evidencia o seguinte trecho do relatório do Dep. Rogério Marinho:

Vivemos hoje, no Judiciário brasileiro, um fenômeno que cresce dia após dia, que é o ajuizamento de ações visando à indenização por danos morais. E, além do dano moral, temos, ainda, uma nova figura que tem sido pleiteada – e concedida – com razoável constância pelo juízo trabalhista que é o dano existencial. Reconhecemos a importância do tema, mesmo porque o pagamento de indenização quando verificado o dano está previsto na Constituição Federal, nos termos do inciso X do art. 5º. Com o que não podemos concordar, todavia, é a total falta de critério na sua fixação⁵¹.

O início do art. 223-G, consistente no *caput* e seus doze incisos, estabelece uma lista de critérios que devem obrigatoriamente ser considerados na apreciação judicial de pedidos de reparação de danos extrapatrimoniais trabalhistas. Embora inclua parâmetros bastante consolidados no direito brasileiro, como “V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa”, o rol também consagrou balizas controversas, como “XI - a situação social e econômica das partes

Após, em um segundo momento, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para a fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.” BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Agravo Interno no Recurso Especial 1.719.756/SP**. Agravante: Bradesco Saúde S/A. Agravado: Sylvia Kelman. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Brasília, 15 de maio de 2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1711121&num_registro=201800146236&data=20180521&formato=PDF>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁵¹ MARINHO, Rogério. **Parecer do relator**. Comissão especial destinada a proferir parecer ao projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo, que “altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências”. Brasília, 12 de abril de 2017, p. 48. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961>. Acesso em: 21 jan. 2019.

envolvidas”. Com vistas a contornar a escolha arbitrária realizado pelo legislador, a doutrina tem defendido que se trata de um rol meramente exemplificativo⁵².

As maiores controvérsias atinentes ao art. 233-G, na verdade, dizem respeito ao § 1º e seus quatro incisos, que instituíram um questionável modelo de tarifação do dano extrapatrimonial trabalhista vinculado à gravidade da ofensa e ao salário da vítima. A título complementar, o § 2º esclarece que caso o lesado seja uma pessoa jurídica o cálculo será feito com base no salário contratual do ofensor, enquanto o § 3º faculta ao juiz a elevação da indenização até o dobro no caso de reincidência entre partes idênticas. Para se ter uma ideia dos possíveis impactos dessa alteração legislativa, confira-se o exemplo a seguir, elaborado por Sebastião Geraldo de Oliveira.

Estão subindo em um elevador de obra de construção civil o estagiário, o pedreiro, o engenheiro e o gerente da obra, que auferem rendimentos mensais diversificados. O cabo do elevador não era o especificado e ainda estavam transportando junto material de construção, violando a NR-18 do Ministério do Trabalho e Emprego, o que acabou provocando acidente e a queda do elevador. Todos os trabalhadores ficaram com sequelas físicas semelhantes em razão do mesmo acidente. A tabela abaixo mostra como poderiam ficar as indenizações por danos extrapatrimoniais, neste exemplo hipotético⁵³:

TABELAMENTO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL – ART. 223-G DA CLT				
Lesado – Salário – Grau da ofensa	Estagiário R\$ 937,00	Encarregado R\$ 2.000,00	Engenheiro R\$ 10.000,00	Gerente R\$ 15.000,00
Ofensa leve – 3x	2.811,00	6.000,00	30.000,00	45.000,00
Ofensa média – 5x	4.685,00	10.000,00	50.000,00	75.000,00
Ofensa grave – 20x	18.740,00	40.000,00	200.000,00	300.000,00
Ofensa gravíssima – 50x	46.850,00	100.000,00	500.000,00	750.000,00

Essa situação hipotética evidencia com clareza os dois principais defeitos do § 1º do art. 223-G. Em primeiro lugar, esse dispositivo contraria o entendimento consolidado no Brasil a respeito da impossibilidade de tarifação legal do dano moral em virtude do reconhecimento da incidência do princípio da reparação integral no âmbito das lesões aos direitos da personalidade. E em segundo lugar, a incidência restrita às relações de trabalho, bem como a utilização do salário da vítima como parâmetro para a fixação do teto indenizatório, violam manifestamente

⁵² SOUZA JÚNIOR, Antonio Umberto de et. al. **Reforma trabalhista**: análise comparativa e crítica da Lei nº 13.467/2017 e da Med. Prov. nº 808/2017. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018, p. 140.

⁵³ OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei n. 13.467/2017, modificada pela Medida Provisória n. 808, de 14.11.2017. In: HORTA, Denise Alves et. al. (Coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho**: reforma trabalhista. São Paulo: LTr, 2018, p. 158.

o direito fundamental à igualdade em sua vertente de proibição de tratamentos discriminatórios. Por essas razões, além de outros argumentos acessórios, os escritores do Direito do Trabalho denunciam em uníssono a flagrante inconstitucionalidade do § 1º do art. 223-G⁵⁴.

Ressalte-se que, durante o seu curto período de vigência, a Medida Provisória 808/2017 afastou parte dos vícios do § 1º do art. 223-G ao substituir o critério variável do salário da vítima pelo parâmetro fixo do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Com o restabelecimento da redação original da Reforma Trabalhista, entretanto, a situação voltou a apresentar a integralidade dos problemas iniciais. Atualmente, tramita no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.870/DF, que foi proposta pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e tem por objeto especificamente a apuração da conformidade do § 1º do art. 223-G em relação à ordem constitucional brasileira.

Ao menos do ponto de vista formal, contudo, o § 1º do art. 223-G continuará vigorando no Brasil enquanto não for invalidado pelo controle concentrado de constitucionalidade ou revogado pela legislação superveniente. Até que algum desses dois cenários se concretize, a melhor saída parece ser a busca por uma hermenêutica constitucionalmente adequada do dispositivo. Nesse sentido, por exemplo, Mauricio Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado propõem o empreendimento de uma interpretação lógico-racional, sistemática e teleológica, que “rejeita a absolutização do tarifamento efetuado pela nova lei, considerando a tabela ali exposta basicamente como um parâmetro para a fixação indenizatória pelo Magistrado, mas sem prevalência sobre a noção jurídica advinda do princípio da proporcionalidade-razoabilidade”⁵⁵.

⁵⁴ DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 782-783; DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017, p. 146-147; FERREIRA, Paula Camila Veiga; LEITE, Rafaela Fernandes. CLT, artigo 223-G. In: ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). **Reforma Trabalhista: comentários à Lei 13.467/2007**. Belo Horizonte: Conhecimento Jurídica, 2018, p. 87-89; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei n. 13.467/2017, modificada pela Medida Provisória n. 808, de 14.11.2017. In: HORTA, Denise Alves et. al. (Coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista**. São Paulo: LTr, 2018, p. 157-160; SOUZA JÚNIOR, Antonio Umberto de et. al. **Reforma trabalhista: análise comparativa e crítica da Lei nº 13.467/2017 e da Med. Prov. nº 808/2017**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018, p. 40-144; OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Reforma Trabalhista: comentários à Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 37-40; SANTOS, Dartagnan Ferrer dos; GOURLART, Guilherme Damasio. A responsabilidade civil pelo dano extrapatrimonial na relação de trabalho: análise da nova sistemática da Lei 13.467/17 e seus desdobramentos. In: STÜRMER, Gilberto; DORNELES, Leandro do Amaral Dorneles de. **Reforma trabalhista na visão acadêmica**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018, p. 52-54.

⁵⁵ DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017, p. 146.

CONCLUSÃO

A fenomenologia do dano moral apresenta características peculiares nas relações de trabalho. Em atenção a essa realidade, o ordenamento brasileiro desenvolveu respostas jurídicas especiais aplicáveis aos casos de lesão aos direitos da personalidade ocorridos no âmbito laboral. A Reforma Trabalhista de 2017, no entanto, inovou ao incluir na Consolidação das Leis do Trabalho uma seção voltada exclusivamente para o regramento dos danos extrapatrimoniais. Nesse sentido, os arts. 223-A a 223-G do recém-introduzido Título II-A buscam regular uma série de aspectos materiais e processuais referentes à dinâmica do dano moral no Direito do Trabalho. Essa nova disciplina destinada aos danos morais trabalhistas, por sua vez, acarretou uma série de críticas e dúvidas, que evidenciam a tensão sociojurídica subjacente à Lei 13.406/2017. Nesse contexto, destaca-se o controverso § 1º do art. 223-G, que estabeleceu uma lista de tetos, variáveis de acordo com a gravidade da ofensa e o salário da vítima, para a reparação dos danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho. Essa alteração, em especial, encontra-se na contramão da evolução brasileira relativa à quantificação do dano moral.

No Brasil, as antigas previsões legais de tarifação indenizatória das lesões extrapatrimoniais foram gradualmente rechaçadas a partir da Constituição de 1988, que consagrou a reparação como direito fundamental e a dignidade da pessoa humana como fundamento da República. Desde então, a inevitável flexibilidade de um sistema aberto de valoração do dano moral não pode ser usada como escusa para a implementação de soluções legislativas redutoras, que engessem de maneira prévia e abstrata o arbitramento judicial. Pelo contrário, o ideal de maior segurança deve ser perseguido por meio do aperfeiçoamento da fundamentação argumentativa das decisões judiciais à luz de cada caso concreto. O § 1º do art. 223-G mostra-se ainda incompatível com o direito fundamental à igualdade ao criar um modelo diferenciado de apuração dirigido tão somente ao âmbito trabalhista e ao prever limites numéricos vinculados ao salário da vítima. Por essas razões, há que se concordar com grande parte da doutrina nacional, que denuncia a inconstitucionalidade do referido preceito.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, João. O **damno moral**: sua indenização. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 55, ano 14, n. 297, p. 3-14, jul./ago. 1925.

ANDRADE, Daniel de Pádua. A reforma trabalhista e a tarifação legal do dano moral no direito brasileiro. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

BELMONTE, Alexandre Agra. **Instituições civis no direito do trabalho: parte geral, obrigações, responsabilidade civil (incluindo dano moral) e contratos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.** Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.** Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.** Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7565.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv808.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 227.** A pessoa jurídica pode sofrer dano moral. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27227%27>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 281.** A indenização por dano moral não está sujeita à tarifação prevista na Lei de Imprensa. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27281%27>>. Acesso em 21 jan. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 37.** São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%2737%27>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

ANDRADE, Daniel de Pádua. A reforma trabalhista e a tarifação legal do dano moral no direito brasileiro. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 387**. É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=@num=%27387%27>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4. Turma). **Agravo Interno no Recurso Especial 1.719.756/SP**. Agravante: Bradesco Saúde S/A. Agravado: Sylvia Kelman. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Brasília, 15 de maio de 2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1711121&num_registro=201800146236&data=20180521&formato=PDF>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 130/DF**. Arguente: Partido Democrático Trabalhista – PDT. Arguidos: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Min. Carlos Britto. Brasília, 30 de abril de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Conflito de Competência 7.545-7/SC**. Suscitante: Tribunal Superior do Trabalho. Suscitado: Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 3 de junho de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=600710>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 828.040/DF**. Reclamante: Protege S/A – Proteção e transporte de valores. Reclamados: Marcos da Costa Santos e Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Redator para o acórdão: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 10 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13328451>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **IV Jornada de Direito Civil**. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/IV%20JORNADA%20DE%20DIREITO%20CIVIL%202013%20ENUNCIADOS%20APROVADOS.pdf/view>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

COUTO, Igor Costa; SILVA, Isaura Salgado. A quantificação do dano moral segundo o Superior Tribunal de Justiça. **Civilistica.com**, ano 2, n. 1, p. 1-17, 2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Couto-e-Silva-civilistica.com-a.2.n.1.2013.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil**: com comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

ANDRADE, Daniel de Pádua. A reforma trabalhista e a tarifação legal do dano moral no direito brasileiro. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

FERREIRA, Paula Camila Veiga; LEITE, Rafaela Fernandes. CLT, artigo 223-G. In: ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). **Reforma Trabalhista: comentários à Lei 13.467/2007**. Belo Horizonte: Conhecimento Jurídica, 2018.

GOMES, Jordhana Maria de Vasconcellos Valadão Cardoso Costa. **Em busca do conceito de dano moral**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9HLLCE/jordhana_disserta__o_final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jan. 2019.

GONÇALVES, Daniel Itokazu. Aspectos relevantes do dano moral trabalhista. **Síntese Trabalhista**, n. 168, p. 145-154, jun. 2003.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARINHO, Rogério. **Parecer do relator**. Comissão especial destinada a proferir parecer ao projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo, que “altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências”. Brasília, 12 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MARQUES, Cláudia Lima. **Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MORAES, Maria Celina Bodin. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2017.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Reforma Trabalhista: comentários à Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2018.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei n. 13.467/2017, modificada pela Medida Provisória n. 808, de 14.11.2017. In: HORTA, Denise Alves et. al. (Coord.). **Direito do trabalho e processo do trabalho: reforma trabalhista**. São Paulo: LTr, 2018.

PAIVA, Rodrigo Cambará Arantes Garcia de; GUSMÃO, Xerxes. **A reparação do dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso. **Princípio da reparação integral**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTANA, Héctor Valverde. A fixação do valor da indenização por dano moral. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 44, n. 175, p. 21-40, jul./set. 2007. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/139968>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SANTOS, Dartagnan Ferrer dos; GOURLART, Guilherme Damasio. A responsabilidade civil pelo dano extrapatrimonial na relação de trabalho: análise da nova sistemática da Lei 13.467/17

ANDRADE, Daniel de Pádua. A reforma trabalhista e a tarifação legal do dano moral no direito brasileiro. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

e seus desdobramentos. In: STÜRMER, Gilberto; DORNELES, Leandro do Amaral Dorneles de. **Reforma trabalhista na visão acadêmica**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018.

SANTOS, Raissa; LEITE, Rafaela Fernandes. CLT, artigo 223-B. In: ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). **Reforma Trabalhista: comentários à Lei 13.467/2007**. Belo Horizonte: Conhecimento Jurídica, 2018.

SOARES, Yollanda Farnazes; LEITE, Rafaela Fernandes. CLT, artigo 223-F. In: ALVES, Amauri Cesar; LEITE, Rafaela Fernandes (Org.). **Reforma Trabalhista: comentários à Lei 13.467/2007**. Belo Horizonte: Conhecimento Jurídica, 2018.

SOUZA JÚNIOR, Antonio Umberto de et. al. **Reforma trabalhista: análise comparativa e crítica da Lei nº 13.467/2017 e da Med. Prov. nº 808/2017**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano Moral**. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.